



JR
Bains

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. -----

--- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila do Porto, na sala D. Ximenes Belo, na Biblioteca Municipal de Vila do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela assembleia municipal, na 5ª sessão ordinária de 16/12/2024, no âmbito da Lei dos Compromissos; -----
2. Apreciação dos Bens, Direitos e Obrigações do Município de Vila do Porto, do ano de 2024; -----
3. Apreciação e aprovação dos documentos de prestação de contas do Município de Vila do Porto, do ano de 2024; -----
4. Apreciação e aprovação da segunda alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Vila do Porto, ano de 2025; -----
5. Apreciação e aprovação do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação do Município de Vila do Porto; -----
6. Apreciação e aprovação da alteração ao Regulamento Geral de Taxas do Município de Vila do Porto do ano de 2025; -----
7. Apreciação e aprovação da Proposta de Contrato Interadministrativo para a Junta de Freguesia de Almagreira; -----
8. Apreciação e aprovação da Proposta de Contrato Interadministrativo para a Junta de Freguesia de S. Pedro; -----
9. Apreciação e aprovação da Proposta de Contrato Interadministrativo para a Junta de Freguesia de Santa Bárbara; -----
10. Apreciação e aprovação da Proposta de Contrato Interadministrativo para a Junta de Freguesia de Santo Espírito; -----



J. B. B.
Bairros

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

11. Apreciação e aprovação da Proposta de Ação a incluir no Plano Municipal de Ação Climática; -----

12. Apreciação e aprovação da Proposta de Fixação da Taxa Variável do IRS do município de Vila do Porto – Orçamento de Estado para o ano de 2026; -----

--- O presidente da mesa da assembleia deu inicio à sessão procedendo-se à chamada, pelo primeira secretário da mesa, confirmando-se as presenças dos deputados/as municipais, João Manuel Andrade Fontes (PS), Carlos Henrique Lopes Rodrigues (PPD/PSD), José de Andrade Melo (PS), Florbela Maria Pinto Varandas Cunha (PPD/PSD) (em substituição de Aida Maria Melo Amaral (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Rosa Filomena Cabral de Melo (PS), Manuel Anjos Lisboa (PPD/PSD) (em substituição do deputado Carlos Afonso Simões Braga de Oliveira (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Ricardo Filipe Santos Melo (PS), Jaime Braga Bairos (PS), Alexandre Manuel Sousa Cabral (em substituição do deputado Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Cristina Elisabete Batista Bairos Gonçalves (PS), Helena Maria Correia Teixeira Ferreira (PPD/PSD), Filipe dos Santos Sousa Teves (PS), Jorge Miguel Nunes Leandres (em substituição do deputado Armando de Melo Soares (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), José Manuel Pereira Torres de Medeiros Chaves (PS), Cátia Cabral Ferreira (em substituição do deputado João Filipe Lourenço da Silva (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Pedro Vertentes (em substituição da deputada Carmélia Moura Sousa Melo (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Flávio José Freitas Resendes (PS), Eduardo Manuel Pereira Cambraia (PPD/PSD), António Isidro Braga Sousa (PS); António Jorge Cabral Monteiro (PS) e de Bárbara Chaves, Domingos Barbosa e Graça Morais, do elenco camarário. -----

--- Confirmando-se a existência de quórum e em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 30º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o presidente da mesa declarou aberta



JP
Cabral

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e cinco, publicitada por edital de dez de abril do corrente ano, deu as boas vindas aos/às deputados/as Alexandre Cabral, Jorge Leandres e Cátia Ferreira, agradeceu aos funcionários da autarquia que garantiram o apoio administrativo para esta sessão e aos que estiveram a organizar a logística da sala e desejou a todos uma boa sessão de trabalhos.-----

--- De seguida entrou-se no período de intervenção do público, mas como não se verificaram inscrições passou-se de imediato ao período antes da ordem do dia, onde o presidente da mesa colocou à consideração a aprovação da ata da sessão anterior, apesar de ter sido aprovada a minuta da mesma na própria reunião, para produzir efeitos imediatos. Para o efeito foi aberto um período de inscrições para solicitar esclarecimentos ou apresentação de sugestões relativamente ao documento em apreço, mas como ninguém se inscreveu, foi a ata sujeita à aprovação, sendo a mesma aprovada por maioria, com catorze votos a favor e seis abstenções. -----

--- De seguida o presidente da mesa da assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e expedida, informando que não tinha recebido correspondência desde a última sessão da assembleia, com exceção dos ofícios da presidente da autarquia de Vila do Porto, a enviar toda a documentação de suporte aos assuntos da ordem do dia da sessão e a receção dos mails dos/as deputados/as a comunicar a sua ausência. Relembrou ainda os presentes que toda a documentação está disponível para consulta junto às funcionárias Micaela Coutinho e Marina Cabral, na Câmara Municipal de Vila do Porto. -----

--- Passando-se ao momento de propostas de recomendação ou resolução de assuntos de interesse para a autarquia, apresentação de moções, emissão de votos de louvor e congratulação, protesto ou pesar, o presidente da assembleia informou que não tinha chegado à mesa quaisquer votos, moções ou propostas de recomendação. -----

---Posto isto passou-se de imediato ao ponto de tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico onde se inscreveu o deputado Carlos Rodrigues, que ao tomar a palavra alertou o presidente da mesa da assembleia sobre o agendamento das próximas sessões deste órgão, tendo em conta que as próximas eleições autárquicas estão



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Bom'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

previstas para finais de setembro, ao que o presidente da mesa da assembleia informou que a sessão de junho irá realizar-se normalmente e que a de setembro depois se decidirá. -----

--- Passou-se de imediato para o período da ordem do dia, cujos assuntos em edital foram lidos pelo primeiro secretário da mesa, José Chaves, bem como o parecer da comissão da análise prévia, que junto se anexa a esta ata. De seguida o presidente da mesa da assembleia deu a palavra à presidente da autarquia e esta ao tomar a palavra apresentou a proposta de retirar os pontos cinco e doze da ordem de trabalhos, elencada no edital, justificada pelo facto de que no ponto cinco não é necessário fazer uma revisão ao orçamento, sendo apenas necessário uma alteração, de acordo com a entidade pagadora da receita e, o ponto doze, pelo facto da Junta de Freguesia de Vila do Porto, não ter enviado as atas da junta e da respetiva assembleia, relativas à aceitação das condições do contrato interadministrativo a celebrar entre a autarquia e essa junta de freguesia. Foi sugerido ainda a introdução do ponto “Apreciação e aprovação da Proposta de Fixação da Taxa Variável do IRS do Município de Vila do Porto – Orçamento de Estado para o ano de 2026”. -----

--- A proposta de alteração da ordem de trabalhos foi aceite por todos os deputados presentes, ficando esta com doze pontos em vez de treze. -----

--- No ponto um da ordem de trabalhos, informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela assembleia municipal, na quinta sessão ordinária de dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no âmbito da Lei dos Compromissos, foi dada a palavra à presidente da autarquia para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que não tinha nada a acrescentar. -----

-- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, no qual se inscreveu a deputada Helena Ferreira que referiu que aquando da realização de uma atividade no âmbito do projeto “Bem vindo Ler no Moinho”, observou que o moinho da Carreira se encontra num estado acentuado de degradação, transmitindo às crianças a



J.F.
Banks

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

imagem de que o município não zela devidamente pelo seu património. Como não se registaram mais inscrições passou-se de imediato ao segundo ponto da ordem de trabalhos, apreciação dos Bens, Direitos e Obrigações do Município de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e quatro, onde foi dada a palavra à presidente da autarquia para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que não tinha nada a acrescentar. De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento, mas não se verificaram quaisquer inscrições, considerou-se o documento apreciado pela assembleia. -----

--- No ponto três da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação dos documentos de prestação de contas do Município de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e quatro, foi dada a palavra à senhora presidente da autarquia para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta delegou essa função na vereadora Graça Morais, que ao tomar a palavra destacou os investimentos de capital realizados pela autarquia, de cerca de um milhão e oitocentos mil euros, com a melhoria dos serviços de água e saneamento, aquisição de quatro fogos no âmbito do primeiro direito, aquisição de um prédio para construção, reabilitação de três casas, requalificação da rede viária do concelho, reabilitação da garagem na flor da rosa baixa, obras de requalificação da escola de S. Pedro e do CAMAC, requalificação da zona balnear dos anjos, do parque de campismo e do exterior da casa das covas. Destacou ainda os apoios às famílias e às associações e referiu por fim que apesar do exercício económico apresentar resultados líquidos negativos, devido às amortizações e gastos de financiamento com a dívida, regista-se uma melhoria de cerca de cinquenta por cento, relativamente ao exercício económico do ano transato. -----

--- Foi de seguida aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, no qual se inscreveram os deputados Carlos Rodrigues e José de Melo. Dada a palavra ao deputado Carlos Rodrigues este enalteceu a boa explicação das contas, mas aludiu que, infelizmente, as contas da autarquia continuam a apresentar um saldo negativo, e alertou para a situação dos financiamentos obtidos manterem-se iguais em dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro. Disse ainda, que pelo facto de mais um exercício económico



FR
Bans

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

apresentar resultado líquido negativo e um crescimento da despesa corrente, o grupo municipal do Partido Social Democrata irá votar contra. -----

--- Dada novamente a palavra à vereadora Graça Morais esta opinou que o município não é uma empresa, pois tem uma grande responsabilidade social e que o incremento das despesas correntes se justifica pelo aumento de custos dos bens e serviços e aumento dos salários. -----

--- Pediu novamente para intervir o deputado Carlos Rodrigues para referir que ao consultar o portal das contratações dos município constatou que a autarquia recorre a empresas para a elaboração de planos e pareceres e que este tipo de procedimento aumenta as despesas correntes, quando o município está dotado de técnicos superiores, que poderiam colmatar algumas necessidades, ao que a presidente da autarquia justificou que foi uma decisão do município optar pela contratação pública em vez de ajustes diretos, por isso o volume de contratos público aumentou substancialmente e que os planos que a autarquia teve que elaborar ou que rever são imperativos legais, alguns deles muito exigentes na sua elaboração, revisão ou especialidades, impondo-se por isso recorrer a serviços externos de empresas acreditadas para o efeito. -----

--- Dada a palavra ao deputado José de Melo este sublinhou que os resultados líquidos do exercício não hipotecam o investimento feito, destacando a dinâmica que a câmara está a ter em obras e apoios sociais, na salvaguarda do bem-estar familiar e social dos marienses e das empresas e recordou que este elenco camarário recebeu uma herança de quase três milhões de euros de dívida, cujo encargo condiciona os investimentos. -----

--- Como não se registaram inscrições mais inscrições foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com onze votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista e nove votos contra do grupo municipal do Partido Social Democrata. ---

--- No ponto quatro da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação da segunda alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Vila do Porto, ano de dois mil e vinte e cinco, foi dada a palavra à senhora presidente da autarquia, para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta informou que o concurso para a contratação de um veterinário ficou deserto por duas vezes, mas que irão desencadear novo procedimento concursal para o efeito. Foi aberto um período de



JF
Bans

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

inscrições para pedidos de esclarecimentos, mas como não se registaram inscrições foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- No quinto ponto da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação do Município de Vila do Porto, foi dada a palavra à senhora presidente da autarquia, para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta informou que o documento em apreço foi elaborado em parceria entre o município e o IHRU e que o mesmo foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara. Foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, mas como não se registaram inscrições, foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com onze votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista e nove abstenções do grupo municipal do Partido Social Democrata. -----

--- Passou-se de imediato ao sexto ponto da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação da alteração ao Regulamento Geral de Taxas do Município de Vila do Porto do ano dois mil e vinte e cinco, onde foi dada a palavra à senhora presidente da autarquia, para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta destacou a isenção de taxas de publicidade, de utilização de espaço público, de utilização e tendas por parte das associações e a criação de uma taxa para a utilização de tendas do município por parte de empresas e de privados. Foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, mas como não se registaram inscrições, foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com onze votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista e nove abstenções do grupo municipal do Partido Social Democrata. -----

--- No ponto sete da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação da proposta de Contrato Interadministrativo para a Junta de Freguesia de Almagreira, foi dada a palavra à senhora presidente da autarquia, para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta disse, que por alteração da lei que regulamenta esta matéria, os contratos de delegação de competências para as juntas de freguesia terão que ser anuais, com efeitos a um de janeiro de cada ano e, considerando que tal contrato mereceu a anuência da junta de freguesia de Almagreira e da respetiva



*Jr
Bain*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

assembleia de freguesia, solicita a autarquia a respetiva aprovação em assembleia municipal. Foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, mas como não se registaram inscrições foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com doze votos a favor e oito votos contra. -----

--- No ponto oito da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação da proposta de Contrato Interadministrativo para a Junta de Freguesia de S. Pedro, foi dada a palavra à senhora presidente da autarquia, para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que, considerando que tal contrato mereceu a anuência da junta de freguesia de S. Pedro e da respetiva assembleia de freguesia, solicita a autarquia a respetiva aprovação em assembleia municipal. Foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado António Monteiro que, ao tomar a palavra, congratulou-se com a clarificação e revisão dos critérios que consubstanciam a delegação de competência e o acréscimo do montante financeiro. Pediu para intervir o deputado Carlos Rodrigues para relembrar que estes acordos já são celebrados com as juntas de freguesia há cerca de onze anos, assentes também em critérios claramente definidos. Como não se registaram mais inscrições foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com onze votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista, uma abstenção e oito votos contra. -----

--- No ponto nove da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação da proposta de Contrato Interadministrativo para a Junta de Freguesia de Santa Bárbara, foi dada a palavra à senhora presidente da autarquia, para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que, considerando que tal contrato mereceu a anuência da junta de freguesia de Santa Bárbara e da respetiva assembleia de freguesia, solicita a autarquia a respetiva aprovação em assembleia municipal. Foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado Flávio Freitas que, ao tomar a palavra, congratulou-se com o acordo estabelecido entre a autarquia e a junta de freguesia de Santa Bárbara. Como não se registaram mais inscrições foi a proposta sujeita à votação,



JK
Bair

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

sendo a mesma aprovada por maioria, com onze votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista, uma abstenção e oito votos contra. -----

--- No ponto dez da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação da proposta de Contrato Interadministrativo para a Junta de Freguesia de Santo Espírito, foi dada a palavra à senhora presidente da autarquia, para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que, considerando que tal contrato mereceu a anuência da junta de freguesia de Santo Espírito e da respetiva assembleia de freguesia, solicita a autarquia a respetiva aprovação em assembleia municipal. Foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado António Isidro Sousa que, ao tomar a palavra, referiu que este contrato está mais próximo das pretensões da junta de freguesia de Santo Espírito. Como não se registaram mais inscrições foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com onze votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista, uma abstenção e oito votos contra. -----

--- Pediu para intervir o deputado Carlos Rodrigues para fazer uma declaração de voto referente aos pontos sete, oito, nove e dez da ordem de trabalhos, argumentando que o voto justifica-se pela falta de transparência e de critério que existiu neste processo e que no futuro os presidentes de junta iriam se deparar com essa falta de objetividade. -----

--- Pediu também para intervir o deputado José de Melo que aludiu congratular-se com a responsabilidade da autarquia e das juntas de freguesia em todo o processo da elaboração dos contratos de delegação de competências, pois nunca houve critérios tão quantificados, objetivos, equitativos e transparentes. -----

--- Passando-se de imediato ao décimo primeiro ponto da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação da Proposta de Ação a incluir no Plano Municipal de Ação Climática, foi dada a palavra à senhora presidente da autarquia, para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta disse que não tinha nada a acrescentar. Foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, mas como não se registaram inscrições foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com onze votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista e nove abstenções do grupo municipal do Partido Social Democrata. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- No último ponto da ordem de trabalhos apreciação e aprovação da Proposta de Fixação da Taxa Variável do IRS do Município de Vila do Porto – Orçamento de Estado para o ano de dois mil e vinte e seis, foi dada a palavra a senhora presidente da autarquia, para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta disse que não tinha nada a acrescentar. Foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, mas como não se registaram inscrições foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Eram onze horas e trinta quando o presidente da mesa deu por encerrada a sessão. ----

--- Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, José Manuel Chaves, primeiro secretário da mesa a redigi, após ter sido a mesma discutida pelos intervenientes foi aprovada em minuta por unanimidade e vai ser assinada por mim e pelos membros da mesa de assembleia. -----






